

O segmento juvenil do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo com ênfase na escolaridade

Raul Luís Assumpção Bastos*

Economista da FEE e Professor do Departamento de Economia da PUCRS.

Resumo

Reconhecendo-se ser a escolaridade um atributo definidor das condições de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, este estudo tem como principal objetivo delinear as transformações no perfil de escolaridade dos jovens, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), entre 1993 e 2002. Esse tema ganha relevância no presente, pois se assume que se está diante de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo em termos de requisitos de escolaridade, seja em face de esta ser requerida pelos novos processos produtivos, seja pela intensa competição que se dá pelos postos de trabalho, dado que a economia tem tido uma baixa capacidade de geração de emprego. Como principais resultados empíricos, o estudo identificou aumento da proporção de jovens que somente estudam na RMPA, melhoria substancial no perfil de escolaridade desse grupo populacional, redução em sua participação no mercado de trabalho, bem como acentuada elevação na taxa de desemprego juvenil, independentemente do nível de escolaridade.

Palavras-chave

Força de trabalho juvenil; mercado de trabalho; escolaridade.

* O autor agradece aos colegas Jéferson Daniel de Matos e Norma Herminia Kreling pela leitura e pelas sugestões a uma versão preliminar deste artigo. Erros e omissões por acaso remanescentes são de sua inteira responsabilidade.

Abstract

Assuming that education is an attribute that defines the conditions of individuals' insertion in the labor market, this study intends to outline the transformations in the youths' profiles of schooling in the Metropolitan Area of Porto Alegre (RMPA), South of Brazil, between 1993 and 2002. This subject has gained relevance nowadays since it is assumed that we are before an increasingly selected labor market in terms of education, either in face of new production processes or due to the strong competition for jobs, given that the economy has had a low capacity to generate employment. As the main empirical results, the study identified an increase in the share of youths that study only in the RMPA, a substantial improvement of the profile of schooling of this demographic group, a reduction in its participation in the labor market, as well a high growth in the youth unemployment rate, independent of the level of schooling.

Key words

Youth labor force; labor market; schooling.

Classificação JEL: J00, J13, J22, R23.

Artigo recebido em 27 set. 2004.

1 - Introdução

Este estudo tem como objetivo delinear as principais características do segmento juvenil do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), dando ênfase especial às transformações em seu perfil de escolaridade, entre 1993 e 2002.

Pode-se dimensionar a importância dos jovens no mercado de trabalho da RMPA pelo fato de que eles representavam, em 2002, 24,0% da sua População Economicamente Ativa (PEA). Chama atenção o quanto eles eram,

nesse mesmo ano, mais do que proporcionalmente atingidos pelo desemprego, pois representavam aproximadamente 42,0% dos indivíduos nessa situação, na RMPA. Com isso, fica claro que os jovens se encontram em uma situação de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho metropolitano.

Reconhecendo-se ser a escolaridade um atributo definidor das condições de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, este estudo tem como preocupação central investigar as transformações no perfil de escolaridade dos jovens, na RMPA. Esse aspecto tem relevância particular pelo fato de os jovens viverem um momento particular do ciclo de vida, que corresponde à transição da escola para o mundo do trabalho. Nesses termos, a forma como é encaminhada por eles essa transição irá condicionar as possibilidades de uma inserção mais (ou menos) favorável no mercado de trabalho. Isso ganha relevância no presente, pois se assume que se está diante de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo em termos de requisitos de escolaridade formal, seja em face de esta ser requerida pelos novos processos produtivos, seja pela intensa competição que se dá pelos postos de trabalho, dado que a economia tem tido uma capacidade relativamente baixa de geração de emprego.

A fonte de dados do estudo é a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), que se constitui em uma pesquisa domiciliar, que produz um conjunto amplo de estatísticas do mercado de trabalho metropolitano. A delimitação do período deve-se a que 1993 é o primeiro ano para o qual se dispõe da média anual dos dados da PED, e 2002 é o ano mais recente de que se dispunha de dados, quando da realização deste trabalho.

No que segue, o artigo encontra-se assim estruturado: na seção 2, são abordadas as principais características do segmento juvenil do mercado de trabalho da RMPA no que tange à população, à participação no mercado de trabalho, ao emprego, ao desemprego e aos rendimentos; na seção 3, que se constitui na parte central deste estudo, dá-se conta das mudanças no perfil de escolaridade dos jovens do mercado de trabalho da RMPA entre 1993 e 2002; e, por último, na seção final, sintetizam-se as conclusões deste trabalho.

2 - Principais características dos jovens do mercado de trabalho da RMPA

Nesta seção, delineiam-se as principais características dos jovens do mercado de trabalho da RMPA, bem como procura-se identificar as mudanças nelas observadas, entre 1993 e 2002.

2.1 - População e participação no mercado de trabalho

Inicialmente, faz-se necessário precisar a delimitação etária da população juvenil com a qual se trabalha neste estudo. A opção aqui adotada é a de trabalhar com a faixa etária de 16 a 24 anos, pelas seguintes razões: o limite etário inferior corresponde à idade mínima para ingresso legal no mercado de trabalho do País, conforme a Constituição Federal, e o limite superior é aquele reconhecido pela Organização das Nações Unidas (OIT, 2000). Para propósitos de análise, a faixa etária de 16 a 24 anos será decomposta em duas outras — 16 e 17 anos e 18 a 24 anos —, o que permitirá conhecer melhor a dinâmica interna do grupo etário juvenil do mercado de trabalho da RMPA.

A população jovem evidenciou crescimento de 25,8% entre 1993 e 2002, na RMPA, atingindo 610 mil indivíduos no ano de 2002 (Tabela 1). Esse crescimento populacional foi levemente superior ao observado entre os adultos, que registrou 24,8% no mesmo período. No que se refere às faixas etárias que compõem o grupo etário juvenil, cabe destacar que o crescimento da população de 18 a 24 anos foi muito mais elevado (29,1%) do que o da população de 16 e 17 anos (14,9%) no período enfocado. Portanto, a pressão demográfica dos jovens sobre o mercado de trabalho metropolitano parece provir, principalmente, dos indivíduos que pertencem à faixa etária de 18 a 24 anos.

No âmbito do mercado de trabalho da RMPA, a PEA juvenil cresceu 22,3% entre 1993 e 2002, passando a situar-se em 417 mil indivíduos neste último ano. Quando se coteja o grupo etário juvenil com o adulto, constata-se que este último evidenciou crescimento de sua força de trabalho um pouco superior, tendo este sido de 24,9% no período em análise. No interior do grupo etário juvenil, destacam-se as diferenças de comportamento da força de trabalho dos jovens, a qual apresentou queda de 11,7% para os indivíduos de 16 e 17 anos e elevação de 29,5% para os de 18 a 24 anos.

Os movimentos acima descritos da população e da força de trabalho juvenil tiveram as seguintes implicações para a sua taxa de participação¹ no mercado de trabalho da RMPA. Para os jovens em sua totalidade, ocorreu um

¹ A taxa de participação corresponde à relação entre a PEA e a População em Idade Ativa (PIA), sendo expressa em termos percentuais. Ela mede o nível de engajamento de um determinado grupo populacional no mercado de trabalho.

pequeno recuo em seu engajamento no mercado de trabalho metropolitano, na medida em que a sua taxa de participação evidenciou variação negativa de 2,7% entre 1993 e 2002, com o que ela passou a se situar em 68,4% em 2002. Não obstante, a taxa de participação dos jovens ainda se encontrava, neste último ano, acima da dos adultos, que era de 63,9%, a qual havia se mantido estável comparativamente ao início do período. No que diz respeito às taxas de participação no interior do grupo etário jovem, sobressai-se a queda do nível de engajamento no mercado de trabalho dos indivíduos de 16 e 17 anos, para os quais o indicador em análise se reduziu 23,0% entre 1993 e 2002, tendo se retraído para 40,5% neste último ano. Para os indivíduos que pertencem à faixa etária de 18 a 24 anos, houve estabilidade do nível de engajamento no mercado de trabalho metropolitano, tendo sua taxa de participação permanecido em aproximadamente 76,0%. Tais comportamentos fizeram com que se ampliasse em 12,4 pontos percentuais o diferencial de engajamento no mercado de trabalho entre os jovens de 16 e 17 anos e os de 18 a 24 anos, na RMPA.

No que diz respeito aos jovens de 16 e 17 anos, caberia aventar algumas razões para a queda em sua taxa de participação no mercado de trabalho da RMPA. A primeira delas associa-se ao desemprego, ou seja, a elevação de sua incidência sobre esse grupo etário estaria contribuindo para desestimular o ingresso no mercado de trabalho; e a segunda vincula-se ao fato de estar ocorrendo, para essa faixa etária, uma tendência à maior permanência na escola, o que também contribuiria para a redução de sua participação no mercado de trabalho.² Esses dois aspectos serão, posteriormente, retomados neste estudo.

² O fenômeno de maior permanência dos jovens na escola não é específico à RMPA. A esse respeito, ver Tokman (2003), Blanchflower e Freeman (2000) e OIT (2000) sobre a experiência internacional e Camarano *et al.* (2001) sobre a experiência brasileira.

Tabela 1

População, População Economicamente Ativa e taxa de participação, por faixas etárias selecionadas, na RMPA — 1993 e 2002

FAIXAS ETÁRIAS	POPULAÇÃO		
	1993 (1 000 pessoas)	2002 (1 000 pessoas)	Δ%
16 e 17 anos	114	131	14,9
De 18 a 24 anos	371	479	29,1
De 16 a 24 anos	485	610	25,8
Mais de 24 anos	1 635	2 040	24,8

FAIXAS ETÁRIAS	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA		
	1993 (1 000 pessoas)	2002 (1 000 pessoas)	Δ%
16 e 17 anos	60	53	-11,7
De 18 a 24 anos	281	364	29,5
De 16 a 24 anos.....	341	417	22,3
Mais de 24 anos	1 044	1 304	24,9

FAIXAS ETÁRIAS	TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)		
	1993	2002	Δ
16 e 17 anos	52,6	40,5	-23,0
De 18 a 24 anos	75,7	76,0	0,4
De 16 a 24 anos	70,3	68,4	-2,7
Mais de 24 anos	63,9	63,9	0,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

2.2 - Ocupação, desemprego e rendimentos

O nível de ocupação dos jovens elevou-se 13,8% na RMPA, no período em análise, passando de 268 mil indivíduos ocupados em 1993 para 305 mil em 2002 (Tabela 2). Essa *performance* da ocupação juvenil foi inferior à dos adultos, que registrou crescimento de 20,9% em seu nível ocupacional, na RMPA, nesse mesmo período. Novamente, destaca-se a diferença acentuada que é observada na evolução da ocupação entre as duas faixas etárias em que os jovens estão divididos. Assim, enquanto os de 18 a 24 anos apresentaram crescimento de seu nível ocupacional de 21,1% no período, os de 16 e 17 anos registraram queda de 26,8%. Essas evidências relativas à ocupação estão a indicar que os jovens de 16 e 17 anos têm enfrentado maior adversidade quando de seu ingresso no mercado de trabalho da RMPA.

O contingente de jovens desempregados cresceu 53,4% na RMPA, no período em análise, tendo se elevado de 73 mil indivíduos em 1993 para 112 mil em 2002. No que diz respeito aos adultos, o crescimento do seu contingente de desempregados foi ainda maior, tendo este sido de 69,8%. Desse ponto de vista, parece que a trajetória do desemprego juvenil acompanhou uma tendência mais geral do mercado de trabalho metropolitano, que foi no sentido de uma deterioração das suas condições de inserção, o que é corroborado por outros estudos (Galeazzi et al., 2002; De Toni, 2002). No âmbito do grupo etário jovem, pode-se constatar que foi muito mais expressivo o crescimento do contingente de desempregados entre os indivíduos de 18 a 24 anos (64,8%), em relação aos de 16 e 17 anos (21,1%).

No que se refere ao fenômeno do desemprego, outro indicador de extrema relevância para apreendê-lo é a taxa de desemprego. Conforme pode-se constatar, a taxa de desemprego dos jovens evidenciou crescimento de 25,7% no mercado de trabalho da RMPA, elevando-se de 21,4% em 1993 para 26,9% em 2002 (Tabela 2). Em termos comparativos, entre os adultos, o crescimento da taxa de desemprego foi superior (36,6%), tendo esse indicador passado de 8,2% para 11,2% nesses mesmos anos. Aqui, chama atenção a diferença de incidência de desemprego entre jovens e adultos, pois a taxa de desemprego dos primeiros era 2,6 vezes superior à dos segundos no início do período e 2,4 vezes no seu final.³ Quanto às faixas etárias em que os jovens se encontram subdivididos, as

³ Esse fenômeno, todavia, não é particular à RMPA, conforme evidenciam estudos nos âmbitos internacional — O'Higgins (1997), Blanchflower e Freeman (2000), OIT (2000) e Tokman (2003) — e do País — Pochmann (2000), Camarano *et al.* (2001), DIEESE (2001), Quadros (2001) e Muniz (2002).

taxas de desemprego daqueles de 16 e 17 anos não só eram bastante mais elevadas do que as dos indivíduos de 18 a 24 anos, como também registraram maior crescimento no período em foco. Com isso, fica reforçada a compreensão de que os indivíduos de 16 e 17 anos se encontram em uma situação de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho da RMPA.

Tabela 2

Ocupação, desemprego e taxa de desemprego, por faixas etárias selecionadas, na RMPA — 1993 e 2002

FAIXAS ETÁRIAS	OCUPAÇÃO		
	1993 (1 000 pessoas)	2002 (1 000 pessoas)	Δ%
16 e 17 anos	41	30	-26,8
De 18 a 24 anos	227	275	21,1
De 16 a 24 anos	268	305	13,8
Mais de 24 anos	958	158	20,9

FAIXAS ETÁRIAS	DESEMPREGO		
	1993 (1 000 pessoas)	2002 (1 000 pessoas)	Δ%
16 e 17 anos	19	23	21,1
De 18 a 24 anos	54	89	64,8
De 16 a 24 anos	73	112	53,4
Mais de 24 anos	86	146	69,8

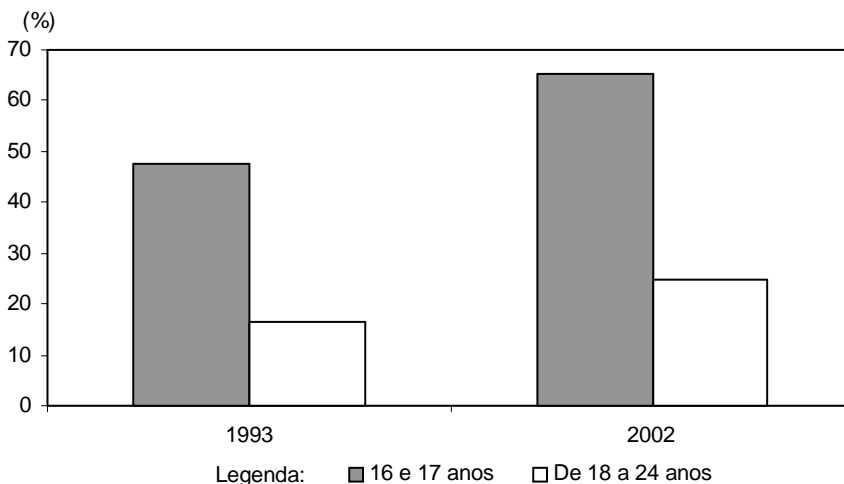
FAIXAS ETÁRIAS	TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	1993	2002	Δ
16 e 17 anos	31,7	43,4	36,9
De 18 a 24 anos	19,2	24,5	27,6
De 16 a 24 anos	21,4	26,9	25,7
Mais de 24 anos	8,2	11,2	36,6

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Quanto ao perfil dos jovens desempregados na RMPA, pode-se constatar que cresceu a participação relativa no desemprego dessa faixa etária dos indivíduos que não possuíam experiência anterior de trabalho (Gráfico 1). Nesse sentido, para os jovens de 16 e 17 anos, elevou-se de 47,4% em 1993 para 65,2% em 2002 a parcela daqueles desempregados que não tinham experiência anterior de trabalho, enquanto, para os de 18 a 24 anos, se ampliou de 16,7% para 24,7% a proporção de indivíduos nessa condição. Com base nessas evidências, pode-se afirmar que vem crescendo, entre a juventude metropolitana, o que Pochmann (2000, p. 41) tipifica como **desemprego de inserção**, o qual corresponde à situação dos jovens que procuram o primeiro emprego, mas têm extrema dificuldade de obtê-lo em face de sua inexperiência.

Gráfico 1

Participação no desemprego dos jovens desempregados sem experiência anterior de trabalho, na RMPA — 1993 e 2002

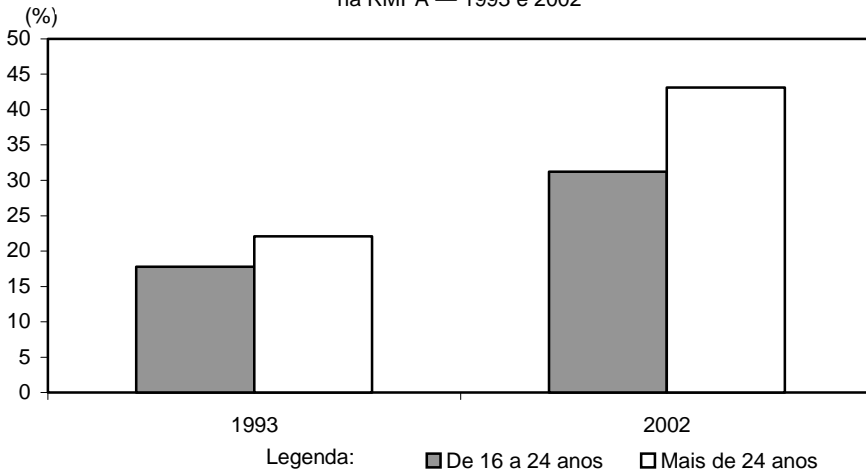


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Sobre o perfil dos jovens desempregados na RMPA, cabe também observar que tem se ampliado entre eles o tempo de permanência no desemprego, no período enfocado⁴ (Gráfico 2). Assim, os jovens com tempo de procura de trabalho igual ou superior a um ano — que corresponde à noção de desemprego de longo prazo — elevaram a sua participação no desemprego de sua respectiva faixa etária de 17,8% em 1993 para 31,2% em 2002. Cabe mencionar que essa foi uma tendência geral do mercado de trabalho metropolitano, pois, entre os adultos, a participação no desemprego dos indivíduos em semelhante situação elevou-se de 22,1% em 1993 para 43,1% em 2002. Retomando-se a tipificação do desemprego juvenil proposta por Pochmann (2000, p. 42), pode-se afirmar que, nesse caso, se ampliou entre eles o **desemprego de exclusão** na RMPA, que se refere aos jovens que se encontram sem trabalho durante um longo período de tempo.

Gráfico 2

Participação no desemprego dos indivíduos com procura de trabalho igual ou superior a um ano, por faixas etárias selecionadas, na RMPA — 1993 e 2002



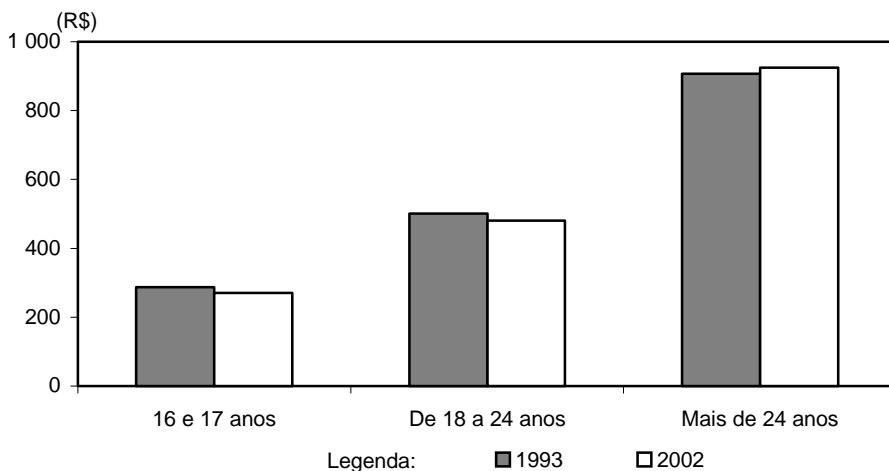
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

⁴ Limitações estatísticas da amostra da PED permitem, aqui, referir somente os jovens em sua totalidade, ou seja, a faixa etária de 16 a 24 anos.

O rendimento médio real dos jovens ocupados evidenciou uma evolução desfavorável no mercado de trabalho da RMPA, entre 1993 e 2002 (Gráfico 3). No ano de 2002, esse indicador, para os jovens de 16 e 17 anos, encontrava-se 5,9% abaixo do de 1993, sendo de R\$ 271. Por sua vez, para os jovens de 18 a 24 anos, o rendimento médio real havia se reduzido, nesse mesmo período, 4,0%, situando-se em R\$ 481, em 2002. Quanto aos adultos ocupados, estes registraram uma pequena elevação do rendimento médio real (2,0%), tendo este atingido R\$ 925 em 2002. Com base nesses comportamentos, o diferencial de salários entre os jovens de 16 e 17 anos e os adultos havia atingido, em 2002, aproximadamente 241,0%, e, entre os de 18 a 24 anos e os adultos, 92,0%. A interpretação sugerida sobre os diferenciais de rendimentos entre jovens e adultos ocupados é a de que os primeiros estão inseridos, em grande medida, em postos de trabalho na base da estrutura ocupacional do mercado de trabalho e cujo conteúdo é mais limitado, o que tem o efeito de determinar um padrão de remuneração relativamente baixo para a força de trabalho juvenil.

Gráfico 3

Rendimento médio real dos ocupados, por faixas etárias selecionadas, na RMPA — 1993 e 2002



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Inflator utilizado pelo IPC-IEPE; valores em reais, a preços de dez./02.

3 - Jovens, escola e trabalho na RMPA

Nesta seção, a análise do segmento juvenil do mercado de trabalho da RMPA estará centrada no atributo escolaridade, assumindo-se que este ganha relevância para esse grupo populacional em um ambiente socioeconômico que está renovando o papel da educação e do conhecimento (Medina, 2000; Soares et al., 2003; Tokman, 2003).

Respalhando esse entendimento, ao abordar os efeitos das transformações do sistema produtivo sobre o mercado de trabalho, Tokman (2003, p. 29) afirma que:

“Se está produzindo uma mudança que exige uma preparação cada vez mais avançada para poder se adaptar aos postos de trabalho que emergem. Muda o tipo de requerimentos e se passa dos conhecimentos especializados às competências gerais. Com isso se reforça a necessidade de uma maior cobertura de educação primária e secundária para desenvolver as competências básicas que constituem o fundamento para a especialização”.

Deve-se ressaltar que os jovens se encontram em uma fase particular do ciclo de vida na qual se dá a transição da escola para o trabalho. Isso coloca-lhes uma relação de tensão permanente entre dois tipos de atividades distintas, que, conforme venha a ser resolvida, irá condicionar as possibilidades de uma inserção mais favorável no mercado de trabalho. A esse respeito, nos países da OCDE, o que se pode constatar são o aumento do número de jovens que estudam em tempo integral e a redução do número daqueles que somente trabalham, o que indica que a procura por maior instrução está postergando o seu ingresso no mercado de trabalho daqueles países (OIT, 2000, p. 12 e 13).⁵ No caso brasileiro, pesquisas também revelam que está se elevando entre os jovens a parcela relativa daqueles que se dedicam somente aos estudos, bem como tem aumentado o número médio de anos de escolaridade desse contingente populacional, ainda que permaneça uma situação de atraso no que diz respeito a este último aspecto (Camarano et al., 2001; Soares et al., 2003).

No que se refere à RMPA, os dados mostram que ocorreu um aumento da parcela relativa de jovens que somente estudam, tendo esta se elevado de 14,6% em 1993 para 20,2% em 2002 (Tabela 3). A par desse aspecto, quando se

⁵ No ano de 1984, nos países da OCDE, 49,7% dos jovens de 18 anos e 19,4% dos de 22 anos somente estudavam, e, em 1997, essas proporções haviam se elevado para 67,1% e 33,9% respectivamente (OIT, 2000).

decompõe o grupo etário juvenil, constata-se que, embora a direção da mudança tenha sido a mesma para os jovens de 16 e 17 anos e para os de 18 a 24 anos, ela foi mais intensa para os primeiros. Assim, no caso dos indivíduos de 16 e 17 anos, a proporção daqueles que somente estudam se elevou de 34,2% em 1993 para 50,4% em 2002, enquanto, no dos indivíduos de 18 a 24 anos, ela passou de 8,4% para 11,7% nesses mesmos anos. Essa mudança pode ser considerada socialmente positiva, principalmente no que diz respeito aos jovens de 16 e 17 anos, pois metade deles passou a se dedicar exclusivamente aos estudos no final do período enfocado.

Tabela 3

Distribuição dos jovens, segundo situação de trabalho e estudo, na RMPA — 1993 e 2002 (%)

DISCRIMINAÇÃO	1993		
	16 e 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 16 a 24 Anos
Só estuda	34,2	8,4	14,6
Estuda e trabalha e/ou procura trabalho	25,4	15,1	17,5
Só trabalha e/ou procura trabalho	27,2	60,6	52,8
Apenas cuida de afazeres domésticos ..	7,0	11,6	10,5
Outros	6,1	4,3	4,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

DISCRIMINAÇÃO	2002		
	16 e 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 16 a 24 Anos
Só estuda	50,4	11,7	20,2
Estuda e trabalha e/ou procura trabalho	29,8	24,8	25,9
Só trabalha e/ou procura trabalho	10,7	50,9	42,3
Apenas cuida de afazeres domésticos ..	(1)-	6,3	5,6
Outros	6,1	6,3	6,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

No entanto, se houve um movimento de ampliação da parcela relativa da juventude metropolitana que se dedicava somente à escola, é interessante destacar que também ocorreu, entre os jovens, um aumento da proporção daqueles que necessitam compatibilizar a escola e o trabalho e/ou a sua procura. Tomando-se as duas faixas etárias em que estão divididos os jovens, praticamente um terço daqueles com 16 e 17 anos e um quarto dos de 18 a 24 anos estavam na situação de ter de se desdobrar em ambas as atividades, em 2002. Isso indica que as mudanças no processo de transição da escola para o trabalho, na RMPA, não apontam, obrigatoriamente, um padrão do tipo escola e somente após trabalho, mas, sim, contemplam a coexistência de ambas as atividades.

Em direção contrária aos movimentos acima descritos, reduziu-se entre os jovens da RMPA a parcela relativa daqueles que se dedicam exclusivamente à atividade laboral. Conforme pode-se constatar, a proporção de jovens de 16 e 17 anos que só trabalha e/ou procura trabalho se retraiu, entre 1993 e 2002, de 27,2% para 10,7%, e a dos de 18 a 24 anos, de 60,6% para 50,9% nesses mesmos anos — no que se refere a estes últimos, portanto, o trabalho continua se constituindo na atividade predominante. Caberia fazer ainda referência que se reduziu à metade a parcela relativa de jovens que apenas cuida de afazeres domésticos, tendo esta decaído para apenas 5,6% em 2002.

As mudanças acima descritas a respeito da situação dos jovens na RMPA podem estar respondendo a, pelo menos, duas ordens de fatores. Por um lado, diante de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo em termos de requisitos de escolaridade formal, os jovens vêm-se motivados a uma maior permanência na escola, ao invés da dedicação exclusiva à atividade laboral. Por outro, face ao baixo dinamismo da economia, os jovens, diante da perspectiva de ingressarem no mercado de trabalho e ficarem desempregados, acabam tendo um comportamento defensivo e voltam-se mais para as atividades escolares. Considera-se que o mais provável é que ambos os fatores estejam combinados, implicando maior permanência dos jovens na escola.

A maior proporção de jovens que estudam se coadunou com uma mudança substancial no perfil de escolaridade da juventude metropolitana entre 1993 e 2002 (Tabela 4).⁶ Assim, no início do período, 55,3% dos jovens de 16 e 17 anos possuíam escolaridade fundamental incompleta, tendo essa participação relativa declinado para 32,1% em 2002. Entre a população dessa faixa etária, os

⁶ Nesta parte do trabalho, a análise privilegiará as duas faixas etárias em que estão divididos os jovens, pois se considera esse procedimento mais adequado para o tratamento do atributo escolaridade. Não obstante, nas tabelas desta seção também constam os dados para os jovens em sua totalidade.

que possuíam escolaridade correspondente ao fundamental completo a médio incompleto aumentaram a sua proporção de 40,4% em 1993 para 59,5% em 2002. Se, por um lado, essa mudança representou uma melhoria sensível no nível de escolaridade dos jovens de 16 e 17 anos, por outro, ela revela uma situação de atraso que ainda perdura, pois praticamente um terço deles não possuía, em 2002, a escolaridade correspondente ao fundamental completo.

Tabela 4

Distribuição da população, por faixas etárias selecionadas e escolaridade, na RMPA — 1993 e 2002

ESCOLARIDADE	1993			
	16 e 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 16 a 24 Anos	Mais de 24 Anos
	(%)			
Analfabetos	(1)-	1,6	1,4	6,6
Fundamental incompleto	55,3	44,5	46,6	50,2
Fundamental completo a médio incompleto	40,4	24,2	28,7	17,2
Médio completo a superior incompleto	(1)-	28,0	22,3	17,7
Superior completo	(1)-	1,5	1,0	8,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
ESCOLARIDADE	2002			
	16 e 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 16 a 24 Anos	Mais de 24 Anos
	(%)			
Analfabetos	(1)-	(1)-	(1)-	4,1
Fundamental incompleto	32,1	22,8	24,8	42,4
Fundamental completo a médio incompleto	59,5	26,9	33,9	17,7
Médio completo a superior incompleto	7,6	48,0	39,3	24,6
Superior completo	(1)-	1,5	1,2	11,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Quanto aos jovens de 18 a 24 anos, constata-se que também entre eles se observou uma mudança acentuada no perfil de escolaridade. Nesse sentido, houve grande redução da parcela relativa daqueles com escolaridade fundamental incompleta, de 44,5% em 1993 para 22,8% em 2002, e, no outro extremo da distribuição, elevou-se muito a proporção daqueles com médio completo a superior incompleto, de 28,0% para 48,0% nesses mesmos anos. Aqui também cabe salientar que essa mudança não eliminou o atraso dos jovens dessa faixa etária em termos de escolaridade, pois aproximadamente um quarto deles ainda não havia concluído o ensino fundamental em 2002. Pode-se ainda mencionar, em termos comparativos, que os jovens de 18 a 24 anos têm um perfil de escolaridade melhor do que o dos adultos, à exceção da faixa de escolaridade correspondente ao superior completo.

As transformações acima descritas do perfil de escolaridade dos jovens na RMPA manifestaram-se no âmbito do mercado de trabalho (Tabela 5). Como tendência geral, a força de trabalho juvenil menos escolarizada perdeu participação relativa no mercado de trabalho, enquanto a mais escolarizada evidenciou ganhos. Assim, a força de trabalho de 16 e 17 anos com escolaridade fundamental incompleta evidenciou uma redução em sua proporção de 61,7% em 1993 para 32,1% em 2002, enquanto a com fundamental completo a médio incompleto se elevou de 35,0% para 62,3% nesses mesmos anos — e, com isso, inverteram-se as posições dessas duas faixas etárias na estrutura da PEA metropolitana de 16 e 17 anos. Quanto aos jovens de 18 a 24 anos, destacaram-se a grande redução da proporção da força de trabalho com escolaridade fundamental incompleta, de 45,6% em 1993 para 21,2% em 2002, e a elevação da participação relativa da PEA com médio completo a superior incompleto, de 27,4% para 49,5% nos anos em análise. Aqui também se constata que o perfil de escolaridade da força de trabalho juvenil de 18 a 24 anos era relativamente melhor do que o da adulta, à exceção, novamente, dos indivíduos com escolaridade superior completa.

Como se comportou o nível de engajamento dos jovens no mercado de trabalho da RMPA por faixas de escolaridade, agora apreendido pela evolução da taxa de participação? O exame dos dados da Tabela 6 evidencia que a mudança mais substantiva no período em foco foi a redução desse indicador para aqueles menos escolarizados, reforçando a possibilidade de estar ocorrendo uma maior permanência dos jovens em atividades escolares. A esse respeito, o maior destaque refere-se ao grupo etário de 16 e 17 anos, pois nele se observou uma queda da taxa de participação daqueles com escolaridade fundamental incompleta, de 58,7% em 1993 para 40,4% em 2002; no caso desse grupo etário, o que se pode ainda afirmar é que também ocorreu uma redução do nível

de engajamento no mercado de trabalho daqueles que possuíam escolaridade correspondente ao fundamental completo a médio incompleto, mas de forma bem mais modesta. Para o grupo etário de 18 a 24 anos, também se reduziu a taxa de participação dos indivíduos com escolaridade fundamental incompleta, ainda que de forma menos intensa; caberia destacar, no caso dessa faixa etária, o movimento em direção contrária da taxa de participação dos indivíduos com médio completo a superior incompleto, que atingiu 78,3% em 2002, sendo esta superada somente pela dos indivíduos com superior completo.

Tabela 5

Distribuição da População Economicamente Ativa, por faixas etárias selecionadas e escolaridade, na RMPA — 1993 e 2002

ESCOLARIDADE	1993			
	16 e 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 16 a 24 Anos	Mais de 24 Anos
	Analfabetos	(1)-	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto	61,7	45,6	48,4	46,4
Fundamental completo a médio incompleto	35,0	24,9	26,7	18,4
Médio completo a superior incompleto	(1)-	27,4	23,5	21,0
Superior completo	(1)-	(1)-	(1)-	10,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

ESCOLARIDADE	2002			
	16 e 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 16 a 24 Anos	Mais de 24 Anos
	Analfabetos	(1)-	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto	32,1	21,2	22,5	36,7
Fundamental completo a médio incompleto	62,3	27,2	31,7	18,5
Médio completo a superior incompleto	(1)-	49,5	44,4	29,2
Superior completo	(1)-	1,9	1,4	14,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Tabela 6

Taxa de participação, por faixas etárias selecionadas e escolaridade, na RMPA — 1993 e 2002

(%)

ESCOLARIDADE	1993			
	16 e 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 16 a 24 Anos	Mais de 24 Anos
Analfabetos	(1)-	(1)-	(1)-	32,4
Fundamental incompleto	58,7	76,4	71,2	59,0
Fundamental completo a médio incompleto	45,7	77,8	65,5	68,3
Médio completo a superior incompleto	(1)-	74,0	74,0	75,5
Superior completo	(1)-	(1)-	(1)-	83,8
TOTAL	52,6	75,7	70,3	63,9

ESCOLARIDADE	2002			
	16 e 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 16 a 24 Anos	Mais de 24 Anos
Analfabetos	(1)-	(1)-	(1)-	25,3
Fundamental incompleto	40,4	70,6	62,9	55,4
Fundamental completo a médio incompleto	42,3	76,7	63,8	66,6
Médio completo a superior incompleto	(1)-	78,3	77,1	75,9
Superior	(1)-	81,8	81,8	79,8
TOTAL	40,5	76,0	68,4	63,9

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Quanto à distribuição da ocupação juvenil por faixas de escolaridade na RMPA, o movimento de mudança foi no sentido de uma grande perda de peso relativo dos trabalhadores menos escolarizados na estrutura ocupacional da Região (Tabela 7). No caso dos jovens de 16 e 17 anos, reduziu-se à metade a parcela relativa dos ocupados com fundamental incompleto, que atingiu 30,0% em 2002. Nesse mesmo ano, para essa faixa etária, a ocupação havia ficado muito mais concentrada naqueles com fundamental completo a médio incompleto, que avançou a sua proporção para 63,3%. Com base nessas evidências, pode-se estabelecer que houve um aumento sensível da escolaridade dos jovens

ocupados de 16 e 17 anos na RMPA. Não obstante, deve-se ter presente que, em 2002, praticamente um terço deles não havia concluído o ensino fundamental. Esse aspecto revela uma situação contraditória, na medida em que esses jovens, pelo fato de estarem trabalhando, terão mais dificuldade de recuperar a sua defasagem escolar, o que lhes coloca uma perspectiva muito mais limitada de mobilidade social através do exercício da atividade laboral.

Tabela 7

Distribuição dos ocupados, por faixas etárias selecionadas e escolaridade, na RMPA — 1993 e 2002

ESCOLARIDADE	1993			
	16 e 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 16 a 24 Anos	Mais de 24 Anos
	(%)			
Analfabetos	(1)-	(1)-	(1)-	3,1
Fundamental incompleto	60,8	43,6	46,3	45,5
Fundamental completo a médio incompleto	36,6	24,2	26,1	18,3
Médio completo a superior incompleto	(1)-	29,1	25,0	21,5
Superior completo	(1)-	(1)-	(1)-	11,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
ESCOLARIDADE	2002			
	16 e 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 16 a 24 Anos	Mais de 24 Anos
	(%)			
Analfabetos	(1)-	(1)-	(1)-	1,5
Fundamental incompleto	30,0	19,6	20,7	35,5
Fundamental completo a médio incompleto	63,3	25,8	29,5	18,1
Médio completo a superior incompleto	(1)-	52,4	47,9	29,8
Superior completo	(1)-	(1)-	(1)-	15,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Para os jovens de 18 a 24 anos, constata-se ter ocorrido uma mudança de pesos relativos na ocupação entre os segmentos menos e os mais escolarizados na RMPA, invertendo-se a representatividade de cada um deles na ocupação. Assim, os ocupados de 18 a 24 anos com escolaridade fundamental incompleta haviam se reduzido para menos da metade em 2002, atingindo 20,7%, enquanto aqueles com médio completo a superior incompleto se elevaram para mais de 50% da força de trabalho ocupada desse grupo etário. Quando se comparam os jovens ocupados de 18 a 24 anos com os adultos, observa-se que estes últimos também mostraram avanço em termos de escolaridade, mas possuíam, em 2002, uma parcela relativa bem mais elevada de trabalhadores menos escolarizados do que os primeiros.

Essas alterações nos níveis de escolaridade dos jovens ocupados da RMPA sugerem a possibilidade de que esteja sendo introduzida uma mudança no próprio regime de trabalho, no País. Conforme se reconhece, este se caracterizou, historicamente, por uma intensa absorção de trabalhadores pouco escolarizados nos processos produtivos (Baltar; Proni, 1996). Todavia, no presente, vivencia-se uma realidade em que isso, dentro de certos limites, está deixando de ser observado com tanta intensidade, na medida em que o mercado de trabalho se torna mais seletivo no que diz respeito à exigência de escolaridade formal dos trabalhadores. E é a esse ambiente que os jovens têm de se adaptar em seu processo de transição da escola para o trabalho, tornando a sua inserção no mercado de trabalho mais difícil e suscetível à experiência do desemprego.

O perfil de escolaridade dos jovens que se encontram desempregados na RMPA também se modificou de forma acentuada no período enfocado (Tabela 8). Como tendência geral, o que se constata, na comparação entre 1993 e 2002, é um grande aumento, entre eles, da proporção de desempregados com níveis relativamente mais elevados de escolaridade. Isso estaria a indicar que a melhoria da escolaridade da população juvenil na RMPA, por si só, não teria sido suficiente para resguardá-la integralmente do desemprego, por mais relevante que ela tenha se mostrado. Em concordância com essa compreensão, a elevação da escolaridade da força de trabalho juvenil em um ambiente de baixo dinamismo econômico e de capacidade de absorção de mão-de-obra ter-se-ia traduzido no fenômeno denominado por Tokman (2003, p. 29) de **desvalorização de credenciais** no âmbito do mercado de trabalho.

A esse respeito, reduziu-se praticamente à metade a parcela relativa de jovens desempregados de 16 e 17 anos que possuíam escolaridade fundamental incompleta na RMPA, tendo passado a se situar em 34,8% em 2002. Em direção contrária, para esse grupo etário, praticamente dobrou a proporção de desempregados com escolaridade fundamental completa a média incompleta,

que atingiu 60,9% em 2002. Quanto aos jovens de 18 a 24 anos, a grande redução da parcela relativa de desempregados com escolaridade fundamental incompleta deu-se concomitantemente à elevação daquela dos com médio completo a superior incompleto, tendo, a primeira, se retraído para 25,8% e, a segunda, se ampliado para 40,5%, em 2002. Com intensidade menor, movimentos semelhantes na distribuição do desemprego por faixas de escolaridade foram observados no grupo etário adulto, não obstante entre eles o desemprego ainda continue muito concentrado nos indivíduos menos escolarizados.

Tabela 8

Distribuição dos desempregados, por faixas etárias selecionadas e escolaridade, na RMPA — 1993 e 2002

ESCOLARIDADE	1993			
	16 e 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 16 a 24 Anos	Mais de 24 Anos
Analfabetos	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto	63,2	50,0	50,7	55,8
Fundamental completo a médio incompleto	31,6	27,8	30,1	19,8
Médio completo a superior incompleto	(1)-	20,37	17,81	15,12
Superior completo	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
ESCOLARIDADE	2002			
	16 e 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 16 a 24 Anos	Mais de 24 Anos
Analfabetos	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto	34,8	25,8	28,6	46,6
Fundamental completo a médio incompleto	60,9	31,5	35,7	21,2
Médio completo a superior incompleto	(1)-	40,5	34,8	24,7
Superior completo	(1)-	(1)-	(1)-	4,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Identificadas essas mudanças na composição do desemprego juvenil por níveis de escolaridade, na RMPA, caberia apreender agora a incidência desse fenômeno através das taxas de desemprego (Tabela 9). A esse respeito, pode-se afirmar que (a) houve uma tendência de aumento da incidência do desemprego entre os jovens, independentemente da faixa de escolaridade; (b) os jovens menos escolarizados são relativamente mais atingidos pelo desemprego do que aqueles mais escolarizados;⁷ e (c) quando se comparam jovens e adultos que pertencem à mesma faixa de escolaridade, os primeiros evidenciam taxas de desemprego muito superiores às dos segundos.

Tabela 9

Taxas de desemprego, por faixas etárias selecionadas e escolaridade, na RMPA — 1993 e 2002

ESCOLARIDADE	1993			
	16 e 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 16 a 24 Anos	Mais de 24 Anos
	Analfabetos	(1)-	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto	30,0	22,0	25,0	7,7
Fundamental completo a médio incompleto	28,6	21,4	23,1	8,9
Médio completo a superior incompleto	(1)-	14,3	16,3	5,9
Superior completo	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
TOTAL	31,7	19,2	21,4	8,2

ESCOLARIDADE	2002			
	16 e 17 Anos	De 18 a 24 Anos	De 16 a 24 Anos	Mais de 24 Anos
	Analfabetos	(1)-	(1)-	(1)-
Fundamental incompleto	50,0	26,5	30,0	14,4
Fundamental completo a médio incompleto	42,4	28,3	31,8	12,9
Médio completo a superior incompleto	(1)-	20,0	21,1	9,4
Superior completo	(1)-	(1)-	(1)-	3,8
TOTAL	43,4	24,5	26,9	11,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

⁷ À exceção daqueles entre 18 e 24 anos e com fundamental completo a médio incompleto, no ano de 2002, comparativamente aos com fundamental incompleto.

Nesse sentido, a taxa de desemprego dos jovens de 16 e 17 anos com escolaridade fundamental incompleta havia atingido 50,0% em 2002, constituindo-se no patamar mais elevado do desemprego verificado na RMPA, quando se tomam os diferentes cruzamentos entre faixas etárias e de escolaridade adotadas por este estudo, o que permite afirmar que esse é o grupo populacional mais vulnerável do mercado de trabalho (Tabela 9). Ainda no que se refere aos jovens de 16 e 17 anos, aqueles com fundamental completo a médio incompleto tinham observado um incremento de sua taxa de desemprego para 42,4% em 2002, sendo, portanto, também intensamente atingidos pelo desemprego. No grupo etário de 18 a 24 anos, é interessante destacar que o aumento da taxa de desemprego dos indivíduos com fundamental completo a médio incompleto foi muito superior ao dos com fundamental incompleto, passando a dos primeiros a situar-se em 28,3% em 2002, o que fez com que ela superasse a dos segundos, que havia atingido 26,5% nesse mesmo ano. Finalmente, quando se comparam os jovens de 18 a 24 anos e os adultos, constata-se que as taxas de desemprego dos primeiros eram — excetuando-se os indivíduos com fundamental incompleto — mais do que o dobro das dos segundos em 2002. Ou seja, não obstante se adotando o controle dos grupos etários pela escolaridade, os jovens evidenciam maior dificuldade de obter um posto de trabalho *vis-à-vis* aos adultos, o que faz com que a incidência do desemprego seja muito mais acentuada entre eles.

Como se comportaram os rendimentos dos jovens ocupados no mercado de trabalho da RMPA, de acordo com as faixas de escolaridade?⁸ As evidências, nesse caso, contrariam o senso comum, pois quanto mais escolarizados os jovens, maiores foram as perdas incorridas em termos de rendimentos (Tabela 10). Nesse sentido, os jovens ocupados com escolaridade correspondente ao médio completo a superior incompleto registraram uma queda de 18,0% no rendimento médio real, na comparação de 1993 com 2002; os com fundamental completo a médio incompleto, de 13,6%; e os com fundamental incompleto, de 3,5%. Uma sugestão de interpretação desse padrão de deterioração dos rendimentos dos jovens seria que, na medida em que se ampliou a oferta de trabalho daqueles relativamente mais escolarizados no mercado de trabalho metropolitano, em um ambiente de baixo dinamismo da economia, isso teria gerado um efeito negativo mais acentuado sobre os seus níveis de rendimentos *vis-à-vis* aos dos menos escolarizados.⁹

⁸ Pelo fato de o número de observações que contemplam a faixa etária e a escolaridade não gerar estimativas estatisticamente confiáveis, torna-se possível apresentar somente as estimativas dos rendimentos dos jovens ocupados como um todo.

⁹ Trata-se de uma interpretação provisória, que mereceria ser aprofundada em outros trabalhos.

Tabela 10

Rendimento médio real dos ocupados, por faixas etárias selecionadas e escolaridade, na RMPA — 1993 e 2002

ESCOLARIDADE	1993	
	De 16 a 24 Anos (R\$)	Mais de 24 Anos (R\$)
Analfabetos	(1)-	331
Fundamental incompleto	369	554
Fundamental completo a médio incompleto ..	434	827
Médio completo a superior incompleto	654	1 284
Superior completo	(1)-	2 001
TOTAL	469	907

ESCOLARIDADE	2002	
	De 16 a 24 Anos (R\$)	Mais de 24 Anos (R\$)
Analfabetos	(1)-	313
Fundamental incompleto	356	524
Fundamental completo a médio incompleto ..	375	675
Médio completo a superior incompleto	536	1 058
Superior completo	(1)-	2 133
TOTAL	461	925

ESCOLARIDADE	$\Delta\%$	$\Delta\%$
	DE 16 A 24 ANOS	MAIS DE 24 ANOS
Analfabetos	(1)-	-5,4
Fundamental incompleto	-3,5	-5,4
Fundamental completo a médio incompleto ..	-13,6	-18,4
Médio completo a superior incompleto	-18,0	-17,6
Superior completo	(1)-	6,6
TOTAL	-1,7	2,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Inflator IPC do IEPE; valores em reais de dez./02.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Quanto aos diferenciais de rendimentos, tendo em vista os cruzamentos entre faixas etárias e de escolaridade, constata-se que, de fato, os jovens ocupados relativamente mais escolarizados evidenciaram rendimento médio real mais elevado. Não obstante, dado que eles incorreram em maiores perdas em seus rendimentos, no período enfocado, os diferenciais apresentaram redução. Fazendo-se algumas comparações, o diferencial de rendimentos entre os ocupados jovens com fundamental incompleto e os com fundamental completo a médio incompleto reduziu-se de 17,6% em 1993 para 5,3% em 2002; e, entre os com fundamental completo a médio incompleto e os com médio completo a superior incompleto, o diferencial de rendimento médio real — embora bem maior — reduziu-se de 50,7% em 1993 para 42,9% em 2002.

Por sua vez, no que diz respeito ao diferencial de rendimentos entre jovens e adultos, destaca-se que os primeiros, mesmo quando pertencem à mesma faixa de escolaridade que os segundos, percebem rendimento médio real bastante inferior. Tomando-se o ano de 2002 como referência comparativa, pode-se constatar que o diferencial de rendimento médio real entre jovens e adultos com fundamental incompleto era de 47,2%; entre os com fundamental completo a médio incompleto, de 80,0%; e, entre os com médio completo a superior incompleto, de 97,4%. Conforme se percebe, portanto, quanto mais elevada a faixa de escolaridade em que está inserido o indivíduo, maior o diferencial de rendimentos entre os dois grupos etários de ocupados. Isso remete para a possibilidade de diferenças de rendimentos derivadas de outros atributos, como a experiência e o tipo de posto de trabalho ocupado, o que poderia constituir-se em objeto de outros estudos sobre o tema no futuro.

4 - Considerações finais

Neste artigo, buscou-se delinear as principais características do segmento juvenil do mercado de trabalho da RMPA, dando ênfase especial às mudanças em seu perfil de escolaridade entre 1993 e 2002.

Como tendências gerais, observaram-se redução da participação dos jovens no mercado de trabalho da RMPA, modesta elevação da ocupação, crescimento acentuado do desemprego e redução do rendimento médio real. À exceção do primeiro aspecto acima referido, os demais apontam uma situação de deterioração das condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho metropolitano.

No período enfocado neste trabalho, elevou-se a parcela relativa de jovens da RMPA que somente estuda, o que foi considerado uma mudança socialmente

positiva, admitindo-se que se está diante de um mercado de trabalho mais seletivo em termos de requisitos de escolaridade formal. Não obstante, como foi evidenciado neste estudo, ainda é muito grande a proporção de jovens que necessita coadunar a escola e o trabalho, o que continua a se constituir em um obstáculo ao seu processo de progressão escolar.

No âmbito do mercado de trabalho da RMPA, foi possível identificar uma mudança substantiva no perfil de escolaridade da juventude metropolitana entre 1993 e 2002. As tendências gerais foram a redução da participação relativa dos jovens menos escolarizados e a conseqüente ampliação do peso relativo daqueles mais escolarizados. Deve-se ter presente que essa mudança não foi suficiente para eliminar a situação de atraso, em termos de escolaridade, da juventude metropolitana, pois aproximadamente 20,0% da força de trabalho desse grupo etário possuía escolaridade correspondente ao ensino fundamental incompleto ao final do período enfocado.

Como foi mostrado neste estudo, os jovens mais escolarizados registraram taxas de desemprego relativamente mais baixas do que a dos indivíduos menos escolarizados. Todavia o crescimento desse indicador deu-se independentemente do nível de escolaridade em que se encontrava o indivíduo. De acordo com o que foi sugerido no corpo do trabalho, esse processo poderia estar conduzindo a uma desvalorização de credenciais no âmbito do mercado de trabalho da RMPA, na medida em que os jovens, mesmo mais escolarizados, estão experimentando maior incidência de desemprego. Esse fenômeno é também reforçado pelo fato de que foram os jovens ocupados relativamente mais escolarizados que registraram as maiores reduções do rendimento médio real entre 1993 e 2002.

Finalmente, o quadro esboçado neste estudo remete para a necessidade de formulação e de implementação de políticas públicas para a juventude metropolitana tanto no que se refere à melhoria de sua formação escolar, quanto no que diz respeito à transição da escola para o trabalho. Sem esforços sistemáticos em ambos os campos, o contexto de baixo crescimento e de baixa capacidade de geração de emprego irá continuar determinando uma situação de vulnerabilidade e de ausência de perspectivas para grande parte da juventude.

Referências

BLANCHFLOWER, D.; FREEMAN, R. The declining economic status of young workers in OECD countries. In: BLANCHFLOWER, D.; FREEMAN, R. (Ed.). **Youth employment in advanced countries**. Chicago: Chicago Press and NBER, 2000.

BALTAR, P.; PRONI, M. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C.; MATTOSO, J. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil**: modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

CAMARANO, A. et al. Os jovens brasileiros no mercado de trabalho. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Rio de Janeiro: IPEA, v. 6, n. 17, p. 31-39, 2001.

DE TONI, M. Trabalho e precarização: um estudo do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. In: WILTGEN, R.; GARCIA, L. (Coord.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/MTE, PMPA, 2002.

DIEESE. Jovens no mercado de trabalho. In: DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

GALEAZZI, I. et al. Desemprego e precarização do trabalho: a experiência na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: WILTGEN, R.; GARCIA, L. (Coord.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/MTE, PMPA, 2002.

MEDINA, R. Calificación, empleo y desempleo en los jóvenes del mercosur. **Boletín Cinterfor**, Montevideo, Cinterfor/OIT, n. 150, p. 43-72, 2000.

MUNIZ, J. As descontinuidades demográficas exercem efeitos sobre o mercado de trabalho metropolitano dos jovens? **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas: ABEP, v. 19, n. 2, p. 65-97, 2002.

O'HIGGINS, N. **The challenge of youth unemployment**. Genebra: OIT, 1997. (Employment and training papers, n. 7).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Emplear a los jóvenes**: promover un crecimiento intensivo en empleo. Genebra: OIT, 2000.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

QUADROS, W. **O desemprego juvenil no Brasil nos anos 90**. Campinas: UNICAMP, 2001. (Cadernos do CESIT n. 31).

SOARES, S. et al. **Os jovens adultos de 18 a 25 anos: um retrato de uma dívida da política educacional**. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para discussão, n. 954).